



**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2020 (SEFAZ)**

No dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, durante sessão remota motivada pela pandemia de COVID-19, teve início a Audiência Pública com o objetivo de apresentar a prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2020. Presidindo a audiência, o vereador Zé do Pão convidou para compor a mesa, como relator, o vereador Dilson Magalhães Jr. e, como membro da comissão, o vereador Jamelão. Estavam presentes, ainda, os vereadores Dentinho do Sindicato, Elias Natan, Flávio Matos, Gilvan Souza, Jackson Josué, Jorge Curvelo, Oziel Araújo, Val Estilos e Vaninho da Rádio. Em seguida, explicou que a presente audiência pública visaria cumprir os ditames da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que dispunha em seu artigo 9º, § 4º, que: "Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública, perante a comissão de finanças e orçamento na Casa Legislativa Municipal, em conformidade com o artigo 166, § 1º da Constituição Federal.". Logo após, convidou o secretário da Fazenda de Camaçari, senhor Joaquim Bahia, para fazer sua explanação. Com a palavra, o secretário iniciou sua explanação apresentando o quadro de receitas arrecadadas: para as receitas correntes, houve previsão em 2020 de R\$ 1.398.574.000,00 e arrecadou-se até abril de 2020, R\$ 444.747.000,00, equivalente à 31,8% do previsto; dentre as receitas correntes, destacou a receita de impostos e taxas, com previsão em 2020 de R\$ 389.466.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 154.616.000,00, equivalente à 39,7% do previsto; destacou também a receita de contribuições, com previsão em 2020 de R\$ 147.709.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 49.586.000,00, equivalente a 33,57% do previsto; destacou também as transferências correntes, com previsão em 2020 de R\$ 784.521.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 229.814.000,00, equivalente a 29,29% do previsto; para as receitas de capital, houve previsão em 2020 de R\$ 320.188.000,00 e arrecadou-se até abril de 2020, R\$ 93.199.000,00



**ESTADO DA BAHIA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**  
**COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

equivalentes a 29,11% do previsto; dentre as receitas de capital, destacou as operações de crédito, com previsão em 2020 de R\$ 198.842.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 91.909.000,00, equivalente a 46,22% do previsto; destacou também as transferências de capital, com previsão em 2020 de R\$ 121.346.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 1.291.000,00, equivalente a 1,06% do previsto; no total, foi previsto R\$ 1.718.763.000,00 em arrecadação para 2020, e foi arrecadado R\$ 537.946.000,00 até abril de 2020, equivalente a 31,3% do previsto. Em gráfico de pizza, classificou as receitas arrecadadas em: 42,72% de transferências correntes; 28,74% de receita de impostos e taxas; 9,22% de receita de contribuições; 17,09% de operações de crédito; 0,18% de receita patrimonial; 1,26% de outras receitas correntes; 0,24% de transferências de capital e 0,56% de receita de serviços. Após, apresentou o quadro de receitas tributárias: para os impostos, houve previsão em 2020 de R\$ 346.452.000,00 e arrecadou-se até abril de 2020, R\$ 144.790.000,00, equivalente a 41,79% do previsto; dentre os impostos, destacou o IPTU, com previsão em 2020 de R\$ 129.252.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 77.900.000,00, equivalente a 60,27% do previsto; destacou o IRRF, com previsão em 2020 de R\$ 53.511.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 8.836.000,00, equivalente a 16,51% do previsto; destacou o ITIV, com previsão em 2020 de R\$ 25.389.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 8.804.000,00, equivalente a 34,68% do previsto; destacou o ISS, com previsão em 2020 de R\$ 138.300.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 49.250.000,00, equivalente a 35,61% do previsto. Para as taxas, houve previsão em 2020 de R\$ 43.014.000,00 e arrecadou-se até abril de 2020, R\$ 9.827.000,00, equivalente a 22,85% do previsto. No total, foi previsto R\$ 389.466.000,00 em arrecadação para 2020, e foi arrecadado R\$ 154.616.000,00 até abril de 2020, equivalente a 39,7% do previsto. Após, apresentou o quadro de receitas de contribuições: para as contribuições sociais, houve previsão em 2020 de R\$ 123.290.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 43.640.000,00, equivalente a 35,4% do previsto; para o custeio de iluminação pública, houve previsão em 2020 de R\$ 24.419.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 5.946.000,00, equivalente a 24,35% do previsto. No total, foi previsto R\$ 147.709.000,00 em arrecadação para 2020, e



**ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**

foi arrecadado R\$ 49.586.000,00 até abril de 2020, equivalente a 33,57% do previsto. Apresentou o quadro de transferências correntes, que tiveram previsão em 2020 de R\$ 784.521.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 229.814.000,00, equivalente à 29,29% do previsto; dentre as transferências correntes, destacou o FPM, com previsão em 2020 de R\$ 88.291.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 27.393.000,00, equivalente a 31,03% do previsto; destacou também a transferência do SUS pela União, com previsão em 2020 de R\$ 48.295.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 25.782.000,00, equivalente a 53,39% do previsto; destacou também a transferência do ICMS, com previsão em 2020 de R\$ 465.118.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 119.372.000,00, equivalente a 25,66% do previsto; destacou também o FUNDEB, com previsão em 2020 de R\$ 132.698.000,00 e arrecadação até abril de 2020 de R\$ 46.165.000,00, equivalente a 34,79% do previsto. Terminada a avaliação das receitas, o secretário passou a apresentar o quadro de despesas executadas: para as despesas correntes, houve dotação em 2020 de R\$ 1.286.243.000,00 e liquidação até abril de 2020 de R\$ 421.210.000,00, equivalente à 32,75% do previsto; dentre as despesas correntes, destacou a despesa com pessoal e encargos, com dotação atualizada em 2020 de R\$ 770.219.000,00 e liquidação até abril de 2020, R\$ 216.685.000,00, equivalente a 28,13% do previsto; destacou também outras despesas correntes, com dotação atualizada em 2020 de R\$ 493.876.000,00 e liquidação até abril de 2020, R\$ 201.940.000,00, equivalente a 40,89% do previsto; para as despesas de capital, houve dotação em 2020 de R\$ 431.384.000,00 e liquidação até abril de 2020 de R\$ 49.374.000,00, equivalente à 11,45% do previsto. Classificou em gráfico de pizza, as despesas executadas em: 46,05% em pessoal e encargos; 42,91% em custeio; 7,25% em investimentos; 3,25% em amortização da dívida e 0,55% em juros e encargos da dívida. Após, passou a apresentar os quadros de indicadores fiscais, com os demonstrativos dos resultados orçamentário, primário e nominal: o resultado orçamentário apresentou superávit de R\$ 67.362.000,00; o resultado primário apresentou um índice negativo de R\$ 20.366.000,00 e meta fixada de um resultado primário negativo em R\$ 24.319.000,00; o resultado nominal apresentou um saldo positivo de R\$



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

4.371.000,00 e meta fixada do resultado nominal em R\$ 2.072.000,00 Finalizou sua explanação, apresentando o quadro de limites legais e constitucionais para as despesas com pessoal, indicou uma despesa líquida de R\$ 623.778.000,00 representando 52,77% de participação sobre a receita corrente líquida de R\$ 1.182.093.000,00; para as despesas com saúde, o índice de 15% seria R\$ 50.125.000,00, no entanto, o município liquidou em 2020, o valor de R\$ 83.547.000,00, representando 25% do total da receita; para as despesas com educação, indicou uma despesa para fins de limite em R\$ 91.510.000,00 representando 27,38% do total da receita; para as despesas com o FUNDEB, indicou uma liquidação de janeiro a abril no valor de R\$ 48.297.000,00, divididos entre R\$ 44.520.000,00 para remuneração dos profissionais do magistério pelo limite constitucional de 60% pela fonte 18 e R\$ 3.777.000,00 para outras despesas vinculadas ao FUNDEB pelo limite constitucional de 40% pela fonte 19, representando 96,41% aplicados pela fonte 18 e 8,18% aplicados pela fonte 19. Como não houve cidadãos inscritos à fala, o presidente da audiência pública, vereador Zé do Pão, concedeu a oportunidade de fala aos vereadores inscritos. Com a palavra, o vereador **Vaninho da Rádio** perguntou que cautelas a Secretaria da Fazenda estaria tomando para que não houvesse um colapso nas contas públicas durante a pandemia do COVID-19, permitindo ao município a honrar com seus deveres e obrigações. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia declarou que todas as despesas que pudessem ser adiadas já estavam sendo postergadas, bem como prever contratos de aluguel, cancelar contratos de locação de veículos, redução do consumo de combustível, dentre outras medidas cautelares. Com a palavra, o vereador **Elias Natan** declarou estar feliz ao verificar que a saúde é a prioridade da Secretaria da Fazenda atualmente, e demonstrou-se satisfeito ao constatar o avanço dessa pasta no município por conta de investimentos na área, levando em consideração a pandemia em curso. Com a palavra, o vereador **Oziel Araújo** pediu, via requerimento, um detalhamento dos gastos do município relacionados à saúde, para uma melhor compreensão da população; também perguntou por que não houve uma redução considerável nas despesas com educação, já que boa parte dos equipamentos escolares e sua estrutura não estavam sendo utilizados no momento. Em resposta, o

*[Handwritten signature]*



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

secretário Joaquim Bahia informou que foi apresentado o modelo-padrão de prestação de contas em audiências públicas em termos gerais, e que a Secretaria de Saúde se encarregaria de, posteriormente, detalhar os gastos solicitados pelo vereador; também respondeu que não houve redução de gastos na educação porque a pandemia atual só havia sido decretada mundialmente no mês de março, enquanto o ano letivo estava previsto para começar normalmente, causando a referida não-redução. Com a palavra, o vereador **Gilvan Souza** perguntou ao secretário se o município alcançaria sua retomada econômica com recursos e condições próprias, ou se seria necessário um aporte de recursos federais. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia declarou que, certamente, o município teria sua retomada econômica através de ações dos governos federal e estadual, fortalecendo assim, a indústria local; e informou que dentro em breve, traria à Casa um projeto que objetivasse recuperar a economia atendendo não apenas aos grandes empreendimentos, mas também aos pequenos e informais. Com a palavra, o vereador **Jackson Josué** questionou sobre a existência de supersalários existentes na Secretaria da Fazenda, ultrapassando até mesmo o teto salarial do prefeito, dada a situação dos municípes em relação à crise que o mundo estava passando, sabendo que a prioridade atual seriam a saúde e o social locais. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia explicou sobre a existência do PDF (Prêmio por Desempenho Fiscal) que consistia em gratificar os servidores fazendários em geral, após a secretaria superar uma meta de arrecadação determinada, justificando assim os salários mencionados pelo vereador. Com a palavra, o vereador **Jorge Curvelo** parabenizou a explanação do secretário Joaquim Bahia e agradeceu o apoio que ele tem dado ao prefeito Antônio Elinaldo no combate ao coronavírus; como presidente da Casa, colocou esta à disposição da Secretaria da Fazenda para analisar quaisquer projetos que pudessem ser debatidos em prol do crescimento do município. Com a palavra, o vereador **Flávio Matos** ressaltou a importância do ICMS como a principal arrecadação do município e o seu impacto no primeiro quadrimestre devido à pandemia de COVID-19 e pontuou dois itens que chamaram a atenção: o primeiro deles, relativo à não-redução das despesas com educação durante a crise atual, seria justificado por exemplo, pelos recursos investidos em

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Vertical handwritten notes and signatures on the right margin*



ESTADO DA BAHIA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI  
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

merenda escolar que foram revestidos em vale-alimentação para que as mães municipais pudessem alimentar seus filhos enquanto estes não estivessem em período escolar, além de gastos com videoaulas, e o segundo deles, motivado pela transparência da gestão, informou a inclusão da aba "COVID" no site da prefeitura do município, a fim de que a população pudesse acompanhar como cada centavo do orçamento havia sido investido nessa área. Em resposta, o secretário Joaquim Bahia, declarou que em uma posterior audiência pública de prestação de contas da educação, mais informações relacionadas a esta pasta poderiam ser detalhadas; e confirmou a informação de que o prefeito havia determinado a implementação da aba "COVID" no site da prefeitura, após recomendação do Ministério Público e Tribunal de Contas, em busca de mais transparência aos cidadãos, e que esta ferramenta seria alimentada e melhorada na medida em que novas necessidades fossem demandadas pela sociedade. Não havendo mais vereadores inscritos à fala, o presidente da audiência pública, vereador Zé do Pão, deu esta por encerrada, e eu, Silas Leal dos Santos, redator de debates, redigi a presente ata. Camaçari-BA, 29 de maio de 2020.

*[Handwritten signatures in blue ink, including names like Zé do Pão, Silas Leal dos Santos, and others.]*